

E O FILÓSOFO VIU O URSO RUSSO, MAS DEU DE OMBROS...: COMO O DESDÉM DE ISAIAH BERLIN POR MIKHAIL BAKUNIN DIZ MAIS SOBRE SI DO QUE SOBRE BAKUNIN

AND THE PHILOSOPHER SAW THE RUSSIAN BEAR, BUT THEN SHRUGGED...: HOW ISAIAH BERLIN'S DISDAIN FOR MIKHAIL BAKUNIN SAYS MORE ABOUT HIMSELF THAN ABOUT BAKUNIN

Cristiano de Oliveira Gomes¹

RESUMO

Este artigo busca demonstrar como as críticas de Isaiah Berlin a Mikhail Bakunin são motivadas por um senso de incompatibilidade ideológica, se inserem numa tradição historiográfica anglo-saxã que, segundo Robert M. Cutler, “beiram a injúria e privilegiam interpretações psicológicas” e que tais interpretações psicológicas, embora historiograficamente pertinentes, são um desserviço do ponto de vista filosófico quando utilizadas como substitutas de uma abordagem argumentativa. Além disso, o mérito das ideias de Bakunin será defendido.

Palavras-chave: Anarquismo; Liberalismo; Socialismo; Política.

ABSTRACT

This article seeks to show how Isaiah Berlin's criticism of Mikhail Bakunin is motivated by a sense of ideological incompatibility, is inserted in an Anglo-Saxon historiographical tradition that, according to Robert M. Cutler, “verges on slander and privileges psychological interpretations”, and that such psychological interpretations, although historiographically pertinent, are a disservice from the philosophical point of view when used as replacement for an argumentative approach. Furthermore, the merit of Bakunin's ideas will be defended.

Keywords: Anarchism; Liberalism; Socialism; Politics.

¹ Estudante de doutorado em filosofia pelo Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: 1981annozero@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Introdução

Russian Thinkers, de 1978, é uma coletânea de artigos escritos pelo filósofo russo-britânico Isaiah Berlin, editada por Henry Hardy e Aileen Kelly. Kelly contribui também com uma introdução para essa coletânea. Nessa coletânea, encontramos um artigo chamado “Herzen and Bakunin on Individual Liberty”, publicada pela primeira vez em 1955. Em 1982, viria a ser publicado *Mikhail Bakunin, A Study in the Psychology and Politics of Utopianism*, psicobiografia escrita por Kelly e dedicada a demonstrar que a motivação para o ativismo de Mikhail Bakunin seria uma personalidade transtornada, descrita de uma maneira muito semelhante ao que chamamos de transtorno narcisista, movida pelo *ennui* compartilhado pela nobreza russa durante o reinado repressivo do Czar Nicolau I.

Neste texto, escrito durante as pesquisas para minha tese de doutoramento, busco demonstrar como as críticas de Berlin a Bakunin são motivadas por um senso de incompatibilidade ideológica, se inserem numa tradição historiográfica anglo-saxã que, segundo Robert M. Cutler, “*verges on slander and privileges psychological interpretations* [beiram a injúria e privilegiam interpretações psicológicas]”² e que interpretações psicológicas, embora historiograficamente pertinentes, são um desserviço do ponto de vista filosófico quando utilizadas como substitutas de uma abordagem argumentativa. Além disso, defenderei o mérito das ideias de Bakunin.

Isaiah Berlin (1909-1997) foi um filósofo e historiador das ideias nascido na Rússia e naturalizado britânico, atuando na área da teoria política. Notabilizou-se pela defesa do liberalismo por meio de sua particular concepção de pluralismo de valores, na qual há valores políticos irredutíveis e igualmente válidos, porém não necessariamente conciliáveis. Tais valores seriam, como o autor afirma, *incomensuráveis*, embora não esclareça exatamente o que desejava dizer com isso. A interpretação que ofereço disso é a de que não existiria uma medida de equivalência e comparação entre os diferentes fins políticos e que a adoção ou rejeição deles dependeria unicamente do entendimento dos indivíduos envolvidos. Berlin argumenta que o pluralismo seria diferente de relativismo, pois relativismo seria uma diferença de gostos, sem que houvesse uma possibilidade ou necessidade de acordo entre as partes, enquanto no

² CUTLER, Bakunin and the Psychobiographers: The Anarchist as Mythical and Historical Object, 2009, p. 3.

pluralismo, as partes poderiam e deveriam debater para melhor compreenderem uma à outra e chegar a um acordo.³

Em 1958, Berlin publica “Dois Conceitos de Liberdade”, no qual propõe a análise da liberdade em duas concepções distintas: a área na qual os indivíduos podem agir sem serem impedidos por outrem seria a concepção *negativa* de liberdade; e de onde parte a determinação, autônoma ou heterônima, de como agir e em busca do quê, a concepção *positiva* de liberdade. Essa é uma abordagem muito semelhante à defendida por Benjamin Constant, em “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”, onde a liberdade dos modernos seria o conjunto das liberdades civis dos indivíduos de não ser perseguidos ou condenados por expor suas opiniões e conduzir suas vidas da forma que bem entenderem, desde que sigam as leis, enquanto a liberdade dos antigos seria a de tomar parte nas decisões sobre o conjunto de normas que regeria suas próprias ações. A liberdade negativa, para Berlin, assim como a liberdade dos modernos em Constant, estaria no cerne de toda reivindicação por direitos civis e protesto contra autoritarismo e exploração⁴, mas, ao mesmo tempo, essa concepção historicamente recente de liberdade não seria sua forma dominante nem mesmo no ocidente atual e nunca teria sido utilizada como palavra de ordem pelas massas⁵ (em nenhuma das revisões essa contradição é corrigida ou mesmo reconhecida pelo autor). A liberdade positiva seria uma concepção mais antiga e difundida, caracterizada pelo desejo do indivíduo de ser senhor de si mesmo.

Embora Berlin afirme que os dois conceitos são importantes, seu texto deixa claro que o autor é parcial à concepção negativa, inclusive definindo a concepção positiva, num primeiro momento, nos termos de seus impedimentos em vez da sua realização (quem me controla, quem determina o que posso fazer). A justificativa para tal posicionamento é a preocupação sua causada por uma noção bastante comum de que a autonomia do sujeito só poderia ser exercida por uma instância superior da sua consciência, o que seria o Eu racional, e que se deixar levar pelos desejos mais básicos seria ser escravo das próprias paixões. Dessa maneira, figuras de autoridade que julgassem que os indivíduos ainda não estivessem aptos a agir racionalmente se sentiriam legitimadas para tomar as decisões sobre suas vidas em seus lugares. Essa crítica é direcionada, em especial, aos regimes comunistas e demais regimes totalitários, mas também seria uma advertência às democracias liberais, pois como a autoridade estatal precisaria intervir

³ BERLIN, I. *The Crooked Timber of Humanity*, 2013, p. 11.

⁴ BERLIN, I.; HARDY, H.; HARRIS, I. *Liberty*, 2002, p. 175.

⁵ *Ibidem*, p. 176

nos conflitos entre os cidadãos exercendo suas liberdades pessoais de maneiras conflitantes, o tamanho da zona de intervenção estatal poderia reduzir excessivamente o cerne das liberdades negativas que deveriam ser protegidas. Coerção estatal, embora fosse assumida como necessária, até mesmo em democracias, para preservar outras liberdades ou mesmo aumentá-las, não poderia ser tomada como uma forma de liberdade em si mesma.

Berlin também advertiu contra a confusão entre diferentes fins ou valores políticos, como a igualdade e a liberdade, pois não só esses valores não se reduziriam um ao outro, como não seria possível ter os dois integralmente ao mesmo tempo. Embora sejam dois valores igualmente válidos e incomensuráveis, seria preciso ceder dos dois lados para, de algum modo, alocá-los numa mesma sociedade. Nesse sentido, Berlin faz importante menção ao anarquismo, que seria, de acordo com o pensador, uma tentativa impraticável de promover todos os fins políticos, para todos os indivíduos, e ao mesmo tempo. Tal coisa só seria possível, ainda de acordo com Berlin, se todos os conflitos entre os indivíduos fossem solucionados e abolidos, uma impossibilidade.

Mikhail Alexandrovich Bakunin (1814–1876) foi um militante socialista russo, um dos principais pensadores participantes da fundação do movimento internacional anarquista. Nascido numa família nobre, porém de inclinações bastante iluministas e liberais, Bakunin recebeu uma educação incomum para a Rússia de sua época, mas cresceu isolado da realidade de seu país até ser enviado para a escola militar (como a família de sua mãe, os Muraviev, teve alguns de seus membros presos e executados por participarem do levante dezembrista de 1825, seu pai decidiu que seria melhor encaminhar o restante da formação seus filhos de um modo que não atraísse a reprovação do czar).

Durante a juventude, Bakunin demonstrou aptidão para matemática e filosofia. Como membro do círculo de Stankevich em Moscou, participou de estudos do idealismo alemão, se tornando um dos principais expoentes dessa corrente de pensamento na Rússia por meio de jornalismo crítico. Ao viajar para Alemanha no intuito de aprofundar seus estudos em filosofia, passa a se interessar por política, primeiramente através Félicité de Lamennais e sua mistura de espiritualidade e revolução, mas em poucos anos, se tornaria um socialista materialista e ateu por influência do contato com pensadores como Pierre-Joseph Proudhon e Karl Marx, este último se tornando, posteriormente, seu maior rival. Por sua participação nos levantes de 1848, foi preso em Chemnitz. Depois de passar por prisões na Alemanha e na Áustria-Hungria, é

enviado de volta para Rússia, o que resultou em mais de oito anos de prisão, tendo sua pena substituída por exílio na Sibéria. Em 1861, escapa para o Japão e, de lá, segue para São Francisco, Nova York e Londres. Começa então seu principal período de atividades e é daí que desenvolve seu pensamento anarquista.

O pensamento do período anarquista de Bakunin consiste numa profunda rejeição das correntes políticas liberais e contratualistas, lhes denominando *idealismo*, por entender que tais correntes de pensamento se fundamentariam na noção de que a natureza do mundo seria a razão divina, cuja racionalidade humana seria a principal manifestação. Bakunin opõe ao idealismo uma versão materialista da dialética triádica de Hegel, tomando a realidade pelo conjunto das transformações no mundo físico. O ser humano seria parte do mundo material, como um organismo animal que evoluiu até desenvolver a capacidade racional de categorizar e abstrair. Diferente do idealismo, que afirmaria que o homem partiu de uma origem individual e isolada para concluir sozinho que seria de seu melhor interesse se tornar social, o materialismo de Bakunin afirma que o desenvolvimento da razão humana só foi possível graças à natureza social do animal humano. As ideias seriam portanto, a realização plena de uma realidade material, assim como o indivíduo seria o produto da sociedade, numa lógica onde o desenvolvimento seria a negação do ponto de origem (no sentido em que o ser se transforma), mas, ao mesmo tempo, tal negação só seria possível graças à natureza original do ser. Dessa forma, o homem só é racional porque é material – o espírito é matéria. Em termos hegelianos, a negação é, então, em si, negada.

Graças a isso, Bakunin rejeita que o estado civil seja a principal realização do exercício íntimo e individual da razão dos seres humanos atomizados, uma vez que a ficção de um estado de natureza, onde haveria esse homem original e isolado, não seria condizente com os fatos. No estado civil, o maior obstáculo para a liberdade de um indivíduo é a liberdade de outro indivíduo, de modo que os indivíduos viveriam em antagonismo à sociedade. Em vez disso, Bakunin afirma que o conjunto do trabalho de toda humanidade, através das gerações, é o que possibilitou a liberdade das pessoas, primeiro permitindo que elas não permanecessem à mercê dos fenômenos da natureza e, em seguida, que elas imprimissem sua vontade no mundo e o adequassem ao seu benefício, de modo a melhor realizarem suas potencialidades enquanto seres humanos. Portanto a vida em sociedade, longe de acorrentar o homem, é o que o liberta. Porém vida em sociedade não implicaria em viver sob um estado, uma vez que a sociedade estaria na origem do ser humano, muito antes do surgimento do estado.

O estado, para Bakunin, é a principal ferramenta usada pelas classes dominantes para manter seu jugo sobre a classe trabalhadora, usando da autoridade para perpetuar essa relação de poder. Toda posição institucional e social que fizesse uso da autoridade seria por ela corrompida, pois seria da natureza da autoridade buscar perpetuar-se enquanto tal, tornando-se a prioridade de quem faz seu uso. Assim, quem quer que ocupe o governo do estado, sejam os mais sábios ou os mais generosos, logo se ocupará do exercício da autoridade para manter essa autoridade, comprometendo sua sabedoria e generosidade. O estado, então, serviria para determinar quem deve permanecer em ócio e quem deve trabalhar para sustentar os ociosos, quem deve ter sua vida protegida e quem é passível de ser trucidado em nome do suposto bem maior.

Bakunin busca mostrar, fazendo uso da dialética do senhor e do escravo de Hegel, que a desigualdade social, seja aquela derivada do poder político ou do poder econômico, impede não só que os indivíduos explorados se realizem como seres humanos plenos e livres, mas também os indivíduos que exploram os trabalhadores, pois quando alguém não consegue enxergar num outro um indivíduo em pé de igualdade consigo, ele, em vez de se atualizar como pleno ser humano, atualizaria, em seu lugar, apenas sua relação de poder. Um senhor de escravos, diante de seu escravo, não seria um homem, mas meramente um senhor de escravos. A partir da formulação negativa deste argumento, se a pessoa enxerga o seu semelhante como um igual e promove-lhe a liberdade ao invés de dominá-lo, conclui-se que a liberdade de um indivíduo, ao contrário de tolher a liberdade alheia, é seu potencializador. Daí Bakunin defende que não pode haver liberdade enquanto houver quem não seja livre.

Por influência da formulação evolutiva de Auguste Comte, Bakunin afirma que o processo de desenvolvimento histórico do homem apresentaria três princípios ou momentos: o princípio da animalidade, cuja realização se daria na esfera econômica tanto pessoal quanto social, em vista de saciar suas necessidades mais imediatas; o princípio do pensamento ou razão, cuja realização é a ciência; e o princípio da revolta ou rebelião, cuja realização seria a liberdade individual. Liberdade, a realização plena das faculdades humanas, poderia ser considerada em dois aspectos distintos, porém inseparáveis: o aspecto positivo, referente ao fomento das condições para a realização humana, condizente com o princípio antropológico do pensamento ou razão, e de caráter social; e o aspecto negativo, referente à rebelião contra toda forma de autoridade, condizente com o princípio antropológico da revolta e, como tal, de caráter individual.

Isso não significa, porém, que as pessoas deveriam ignorar o conhecimento daqueles que são considerados figuras de “autoridade” em suas respectivas áreas científicas. Bakunin também defende que o acesso ao conhecimento científico seja verdadeiramente universalizado, de modo que toda pessoa seja capaz de julgar, embasada no conhecimento necessário, quais especialistas possuem o saber mais adequado para suas necessidades particulares. E como o governo estatal estaria apartado dos problemas cotidianos do povo, ele não seria a instituição mais adequada para solucionar tais problemas.

No lugar do estado centralizado, Bakunin defendeu uma proposta de organização social inspirada no modelo federalista de Pierre-Joseph Proudhon, que seria uma rede de unidades autônomas, voluntariamente confederadas, administradas da periferia ao centro, de baixo para cima, por meio de política participativa direta e sem uma unidade central capaz de impor sua vontade às outras. Tendo sido um membro da ala coletivista da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (a Primeira Internacional, da qual foi expulso por violar suas normas ao conceber uma sociedade secreta em seu interior) e membro fundador da Internacional Anarquista (que se seguiu à dissolução da Primeira Internacional, mantendo muito dos membros coletivistas desta), Bakunin defendeu a coletivização de todos os meios de produção, baseado na noção de que nenhum trabalho é possível com o esforço individual isolado, porém foi além e julgou ser também necessária a coletivização dos produtos do trabalho, o que torna seu posicionamento indistinguível do paradigma anarco-comunista que a Internacional Anarquista assumiria após a sua morte.

“Herzen and Bakunin on Individual Liberty”, de Isaiah Berlin

Segundo Robert M. Cutler, os comentários tecidos por Isaiah Berlin sobre Mikhail Bakunin, no artigo “Herzen and Bakunin on liberty” teriam por função principal usar Bakunin como um rebatedor de luz para melhor iluminar Alexander Herzen, revolucionário russo pelo qual Berlin possuía admitida admiração.⁶ Concordo com essa colocação. Toda vez que Berlin descreve alguma qualidade em Bakunin, parece ser somente para justificar superficialmente a relevância de Bakunin enquanto assunto a ser abordado, pois na totalidade do artigo, a descrição feita de Bakunin é tão negativa, que as qualidades relatadas não só são anuladas,

⁶ CUTLER, R. M. M. Bakunin and the Psychobiographers: The Anarchist as Mythical and Historical Object, 2009, p. 14.

como perdem completamente o propósito. Por exemplo, Berlin começa afirmando que tanto Herzen como Bakunin foram defensores da liberdade individual, porém no restante do texto, o que é afirmado é o contrário. Bakunin não teria nenhum compromisso com a liberdade e o bem-estar dos indivíduos. Herzen seria o campeão da liberdade individual, pois esta seria sua questão principal, sobre a qual não admitiria concessão perante outras questões. Pouco importaria se a revolução viria de baixo para cima ou de cima para baixo, se o capitalismo seria desenvolvido ou circunavegado, se a sociedade se organizaria de forma centralizada ou descentralizada; todas essas questões importantes teriam menor prioridade para Herzen do que a liberdade do indivíduo.⁷

Ainda de acordo com Berlin, Herzen teria condenado tanto Bismarck como Marx, mas essa condenação específica também seria uma condenação a “Bakunin e os Jacobinos Russos”, Sergey Nechayev e as Teses de Abril de Vladimir Lenin.⁸ Então, de alguma forma, o anarquismo de Bakunin faria parte da mesma categoria que o leninismo e que a ligação que houve entre Bakunin e Nechayev, uma tecla que Aileen Kelly também insiste em pressionar, seria sempre um fator a ser levado em conta quando o assunto é Bakunin, mesmo que o próprio Bakunin tenha repudiado o “sistema jesuíta” de militância de Nechayev, assim como seu catecismo⁹ – “Catecismo de um Revolucionário”, texto de propaganda de Nechayev, para o qual Bakunin teria contribuído, porém Aileen Kelly insiste em afirmar ter sido escrito em sua totalidade por Bakunin.¹⁰ Segundo Cutler, Kelly seria a única pesquisadora atual a atribuir a Bakunin a autoria principal ou solo do “Catecismo”, a despeito de Bakunin ter se dirigido a Nechayev para repudiar o “*teu* catecismo”¹¹.

Berlin desaprova a tendência acadêmica russa de tomar Herzen e Bakunin como dois estágios de um mesmo fenômeno, pois Herzen não admitiria sacrificar o bem do indivíduo real em nome de alguma abstração metafísica.¹² Nisso, Bakunin seria mais aproximado a Lenin, cujas Teses de Abril dispensariam a “inviolabilidade da pessoa” como um luxo num tempo de dificuldades¹³. Curiosamente, Cutler nos informa que Yuri Steklov “buscou reabilitar Bakunin no panteão bolchevique, ‘modernizando’ seu pensamento político e lhe atribuindo ideias que

⁷ BERLIN, I.; HARDY, H.; KELLY, A. Russian thinkers, 1978, p. 102.

⁸ Ibidem, pp. 101-2.

⁹ AVRICH, P. Anarchist portraits. 1988, p.40.

¹⁰ CUTLER, 2009, p. 6.

¹¹ Apud AVRICH, 1988, p. 40, ênfase adicionada.

¹² BERLIN, 1978, p. 102.

¹³ Idem.

não eram suas”¹⁴. Steklov escreveu biografias sobre Bakunin e Herzen e é uma das fontes para Kelly atribuir autoria do “Catecismo” a Bakunin. Tais manobras pouco honestas – partir de interpretações pouco rigorosas e terminar classificando duas figuras díspares sob a mesma categoria – parecem convenientes ao posicionamento partilhado por Berlin e Kelly, mas só quando se trata de Bakunin; quando seu objeto é Herzen, uma injustiça teria sido cometida.¹⁵

Segundo Berlin, Herzen via em Bakunin “indiferença pelo destino de seres humanos individuais, um infantil entusiasmo por brincar com vidas humanas em nome do experimento social, uma luxúria por revolução pela revolução” e que tais atributos contradiziam o “horror professado [por Bakunin] ao espetáculo da violência arbitrária ou a humilhação de pessoas inocentes”.¹⁶ “Primeiro destrói, depois veremos”¹⁷, teria dito Bakunin, mas Berlin não fornece a fonte da referência. Talvez seja uma paráfrase. Bakunin, em sua juventude, defendeu que “a paixão pela destruição é uma paixão criativa, também”¹⁸, pois em sua visão hegeliana, a realização da história humana passaria pela negação do estágio anterior, de modo que o esforço dos revolucionários para destruir as instituições vigentes seria uma necessidade para a criação de uma sociedade nova e melhor. Mas o completo desleixo para com o destino de uma revolução não condiz com o homem que discursava sobre a necessidade de se pôr em prática o modelo federativo conforme idealizado por Proudhon – um modo de administrar a sociedade a partir dos mútuos acordos entre indivíduos autônomos e sem a imposição de uma autoridade centralizada. Se assumirmos o mesmo posicionamento de Berlin e Kelly com relação ao “Catecismo” (ou seja, se tomarmos Bakunin por seu autor), então devemos atribuir a Bakunin a posição de defesa da manutenção da propriedade pessoal dos meios de produção onde não houvesse exploração do trabalho alheio, em vez da expropriação e coletivização irrestrita, que era o posicionamento de sua corrente dentro da primeira Internacional, os coletivistas. O suposto posicionamento de Bakunin se justificaria, de acordo com Dolgoff, como uma medida para evitar que uma burocracia administrativa emergisse caso os trabalhadores não estivessem

¹⁴ CUTLER, 2009, p. 7, tradução livre.

¹⁵ Ao contrário de Polonsky, Steklov não consta das referências bibliográficas do artigo de Berlin, porém o autor faz referência a “Soviet historians” (p. 102), no plural, o que abre a possibilidade de que Berlin conhecesse seu trabalho.

¹⁶ BERLIN, 1978, p. 103, tradução livre.

¹⁷ Idem.

¹⁸ BAKUNIN, La réaction en Allemagne, 2000, 42001_ET, p. 14.

adequadamente preparados para administrar a propriedade coletiva. Com o fim do direito de herança, a coletivização se realizaria no período de uma geração¹⁹.

Esse tipo de consideração não parece condizente com alguém que não se preocuparia com o destino da revolução nem com o dos indivíduos nela envolvidos, mas com alguém que estava pensando em como esses indivíduos viveriam a partir da revolução. Mesmo independente da relação entre Bakunin e o “Catecismo”, temos testemunho de que Bakunin propôs “a ideia de *produits sociaux* como complemento da ideia de *travail social*”²⁰, de modo que os produtos do trabalho combinado de todos deveriam ser distribuídos a todos de forma irrestrita, já que se todos se beneficiam do trabalho de todos, então não haveria razão para que houvesse trabalhadores mais ou menos abastecidos. Esse posicionamento específico de Bakunin, que não é tão difundido quanto sua adesão aos preceitos básicos do coletivismo, é, na prática, indistinguível do posicionamento anarco-comunista que a Internacional Anarquista (a organização anarquista que teve origem com o fim da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores) assumiria com Carlo Cafiero, Errico Malatesta e Pyotr Kropotkin. A diferença básica entre coletivistas e comunistas é que, enquanto os primeiros defendiam o princípio de ‘de cada um conforme suas capacidades, para cada um conforme seus feitos’, os comunistas defendiam ‘de cada um conforme suas capacidades, para cada um conforme suas necessidades’. Com isso, concluímos que Bakunin, acusado por Berlin de jamais se importar com o bem-estar dos indivíduos, na verdade defendeu publicamente que todo indivíduo tivesse suas necessidades pessoais atendidas.²¹

Ao mesmo tempo, Berlin afirma que a grandiosidade de Herzen estaria em se preocupar com o indivíduo no agora, e não o indivíduo de uma realidade futura e possível, para cuja realização os revolucionários estariam prontos para abolir as “liberdades individuais e todos os valores da cultura humana”.²² Assim sendo, pouco importa se Bakunin discutiu o futuro do povo a partir da revolução, mas se sua militância não poria em risco o pouco que os trabalhadores já tinham; porém o Bakunin de Berlin é, basicamente, um psicopata incapaz de empatia. Desconsidera-se, assim, que a revolta de Bakunin teria motivo na opressão do povo

¹⁹ BAKUNIN; DOLGOFF, Bakunin on anarchy. Selected works by the activist founder of world anarchism. Edited, translated and with an introduction by Sam Dolgoff, 1973, pp. 74-5.

²⁰ CAHM, Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism, 1872-1886, 1989, p. 40, tradução livre

²¹ Sobre quem não puder trabalhar por motivo de idade, doença ou deficiência, Bakunin defende que sejam mantidos pelo restante da sociedade, gozando de todos os direitos. (BAKUNIN, 1973, p. 85)

²² BERLIN, 1978, p. 104.

trabalhador que ele testemunhava e por não suportar ver o sofrimento alheio continuar – visão fartamente proporcionada pela situação socialmente atrasada da Rússia de sua época. Tal revolta, para Berlin e Kelly, só poderia ser motivada por narcisismo e adrenalina. Em busca de fortes emoções, Bakunin teria ido parar em masmorras, no exílio, teria escapado dando volta ao mundo e mesmo assim continuou buscando tais fortes emoções até poucos anos antes de sua morte.

Mas na verdade, podemos e devemos nos questionar se a preocupação de Berlin é realmente a proteção do pouco de bem-estar que os trabalhadores já possuíam, pois, em verdade, não é tais termos que Berlin usa, mas ‘indivíduos’, ‘liberdades individuais’ e ‘valores da cultura humana’. De modo que se uma sociedade se empenhar em proteger as liberdades individuais, ou seja, a liberdade em sua concepção negativa – ao espectro total de ações no qual o indivíduo poderia fazer o que desejasse sem ser impedido por outrem – isso não nos diz nada sobre se todos os cidadãos possuiriam meios para exercer tal liberdade. Berlin é muito enfático ao defender a necessidade de distinguirmos os valores políticos que reivindicamos. Quando passamos a questionar se todos têm acesso às mesmas liberdades, estaríamos deixando de falar estritamente de liberdade para passarmos a abordar a igualdade. Se buscarmos igualdade, liberdade não é uma consequência necessária.

Em “Dois conceitos de liberdade”, Berlin cita Belinsky, que teria dito que diante da pobreza e do cárcere de seus irmãos russos, ele rejeitaria sua própria liberdade para compartilhar do destino deles. Nesse caso, Belinsky atingiria um aumento de igualdade, mas tal igualdade implicaria o sacrifício da sua própria liberdade. Ninguém nessa circunstância seria beneficiado, enquanto uma pessoa sairia prejudicada (o próprio Belinsky). Perda absoluta de liberdade ocorreria.²³

Embora a conclusão de Berlin nesse experimento mental seja obviamente correta, o fato de uma enorme liberdade gozada por um ou outro indivíduo contribuir para aumentar uma pilha de liberdade absoluta não faria com que tal liberdade absoluta fosse de algum benefício para a maioria de desprivilegiados. A sociedade que permite tal quadro de desigualdade permitiria uma grande extensão de liberdade individual, mas tal extensão não contemplaria a maioria de seu povo. Nessa circunstância, os indivíduos reais gozando de plenas liberdades seriam poucos ou até mesmo a exceção. Se a prioridade de Berlin for proteger a promoção da liberdade

²³ BERLIN, Liberty, 2002, p. 172.

individual da influência da promoção da igualdade, então podemos questionar se não seria Berlin quem defende um indivíduo hipotético em vez dos indivíduos reais.

Creio que quando Berlin se refere à importância de se proteger as ‘liberdades individuais’ e os ‘valores da cultura humana’, o que ele quer não é realmente proteger os indivíduos que existem no mundo, mas as instituições sociais e políticas construídas pela sociedade através das gerações, mantidas de pé pelas relações entre os membros da sociedade e que, por sua vez, fazem uso da autoridade estatal para preservar essas relações conforme elas já estão estabelecidas. É uma postura e um discurso notadamente conservadores (a despeito de como Isaiah Berlin considerasse a si mesmo). O que Berlin deseja ver protegido não são exatamente João, Maria, Dimitri ou Fyodor, mas as condições sociais pelas quais ele acredita que João, Maria, Dimitri ou Fyodor possam viver. E entre a realidade atual, cheia de defeitos, mas existente, e uma realidade buscada, mas ainda inexistente, ele põe todas as fichas nos defeitos dessa realidade existente.

Por isso que Herzen lhe é preferível a Bakunin. Bakunin não admite concessões: a liberdade precisa ser total para todos e essa liberdade não admite autoridades. Já Herzen, de acordo com Berlin, estaria sempre procurando navegar entre o que é desejável e o que seria inevitável. Para Herzen, não haveria “padrões morais e políticos ‘objetivos’, eternos e universais para justificar coerção ou resistência a eles; a miragem de fins distantes e a impossibilidade de seguir sem eles”²⁴. Herzen defenderia uma realidade povoada de atributos sociais e políticos familiares, onde não se buscaria abolir todos os defeitos da realidade presente, pois tais defeitos seriam a contraparte pelos benefícios alcançados pela vida em sociedade. Não haveria liberdade sem uma autoridade para protegê-la, por exemplo. Obviamente, Berlin não defende pessoalmente o mesmo que Herzen defendia – no artigo, Berlin admite que sua figura de admiração era também, “por vezes, utópico”²⁵ – mas ao menos Herzen não era Bakunin. Em Herzen, Berlin encontra alguém em quem ele pôde projetar seus próprios valores, pois os valores citados neste parágrafo são os de Berlin.

Berlin reconhece em Bakunin sua dedicação pela luta pela liberdade, mas também seu poder argumentativo, com o qual atacava “noções teológicas e metafísicas”, a “tradição ocidental cristã – social, política e moral”. Tais ataques, Berlin caracteriza como “massacres

²⁴ BERLIN, 1978, p. 105, tradução livre.

²⁵ Ibidem, p. 104, tradução livre.

sobre a tirania”, “modelo de prosa polêmica eloquente”, “poder de persuasão e lúcido argumento destrutivo”, “extraordinário” e “sem ter, até hoje, obtido o reconhecimento apropriado”²⁶. No entanto, tais palavras pouco importam, pois as “doutrinas positivas” em Bakunin seriam apenas “lugares comuns, conectados por vaga relevância emocional ou afeto retórico em vez de uma estrutura coerente de ideias genuínas”²⁷. O que podemos entender de tais comentários é que o valor real que Berlin atribui a um pensador estaria nas ideias originais que ele é capaz de criar. Por ideias, refiro-me a sistemas de ideias, ou seja, conjuntos de ideias coerentemente concatenadas, nas quais cada ideia explica e justifica a presença das outras. De acordo com Berlin, Bakunin não seria um bom exemplo de pensador. Seu valor estaria em apontar as falhas das ideias alheias. Bakunin seria um destruidor, não um criador. Berlin não estaria interessado na destruição, mas na conservação. Por mais que Berlin insistisse que o poder de destruição de Bakunin ainda não houvesse sido reconhecido de maneira apropriada, esse trabalho não é o seu, mas de alguma outra pessoa.

O problema da liberdade em Bakunin é resumido por Berlin como “*Tous pour chacun et chacun pour tous*” – é verdade, Bakunin escrevera isso numa carta à comissão do jornal *l'Égalité*²⁸ –, o que é comparado ao lema de *Os Três Mosqueteiros* de Alexandre Dumas. Se voltarmos alguns parágrafos no artigo de Berlin, veremos que o mesmo elogia Herzen por encarar “problemas políticos genuínos, como a incompatibilidade entre liberdade pessoal ilimitada e igualdade social ou o mínimo de organização social e autoridade”²⁹. Esse é um aspecto da liberdade cuja discussão Berlin dá por encerrada: o máximo de liberdade é incompatível com o máximo de igualdade. Embora a discussão entre quanta liberdade e quanta igualdade devem ser alocadas ou preservadas nunca deva terminar – pois Berlin diz jamais admitiria um princípio de regra universal para a política, de modo que cada escolha política que surge seja sempre um problema sem uma resolução previamente dada –, a busca por liberdade absoluta e universal seria um não-problema, uma impossibilidade lógica. Mais do que isso, o problema da alocação da liberdade seria um problema eterno justamente porque a busca por liberdade tanto absoluta quanto universal seria um não-problema.

E quando pensamos em liberdade absoluta, tendemos a pensar em indivíduos sem limitações em suas ações, ou seja, que o absoluto da liberdade se daria na forma do mesmo

²⁶ Ibidem, p. 106, tradução livre.

²⁷ Idem.

²⁸ BAKUNIN, Oeuvres, 1907, vol 5, p. 15.

²⁹ BERLIN, 1978, p. 105.

indivíduo fazendo o que quisesse, no espectro individual. Porém quando Berlin escolhe zombar da frase “Todos por cada um e cada um por todos”, devemos pensar não só no espectro individual, mas no número de pessoas a serem dotadas de liberdade. Como Berlin não admite princípios previamente dados para nortear as escolhas políticas, não seria possível dizer que há uma relação de soma zero entre liberdade e igualdade, já que não podemos determinar uma equivalência ou uma relação matemática entre um valor e o outro. E, de fato, Berlin afirma que fins políticos seriam incomensuráveis³⁰, de modo que seria impossível compará-los em escala de grandeza e sua adoção teria como único critério as preferências dos indivíduos na sociedade. Mesmo assim, Berlin defende que um cerne de liberdades individuais seja preservado em quaisquer circunstâncias, ao mesmo tempo que alerta para o risco de que reivindicações por igualdade social possam levar a uma diminuição desse cerne.

Porém o que era referido por Bakunin na tal carta à comissão do jornal *l'Égalité* era a necessidade de fomentar a solidariedade internacional entre os trabalhadores na luta do movimento trabalhista e fazer frente as investidas dos “*Congrès bourgeois*”³¹. Nesse texto específico, Bakunin não apontava para valores teóricos e filosóficos, ele estava discutindo a função do jornal que seria “*l'organe définitif des sections romandes de l'Association internationale des travailleurs de la Suisse* [o órgão definitivo das seções francófonas da Associação Internacional dos Trabalhadores da Suíça]”³².

Ignorando esse contexto, Berlin usa essa carta como referência para ilustrar o que descreve como “amontoar todas as virtudes juntas numa vasta e indiferenciada amálgama”³³, na qual tudo seria compreensível se os homens fossem iluminados o suficiente (assim Berlin descreve sarcasticamente as crenças de Bakunin). Há um resumo mais detalhado do problema da liberdade em Bakunin na página seguinte, no qual Berlin faz referência a textos realmente teóricos. Listadas, essas seriam as proposições:

- 1 – Minha liberdade deve ser “refletida” na liberdade dos outros.
- 2 – Portanto, ao contrário do que os individualistas afirmam, liberdades (entre indivíduos) são complementares, não competitivas.
- 3 – Somente em sociedade o indivíduo é livre, o que é confirmado pelo fato da soma

³⁰ BERLIN, 2002, p. 42; p. 177, nota 1.

³¹ BAKUNIN, 1907, vol. 5 pp. 14-5.

³² Ibidem, p. 13.

³³ BERLIN, 1978, p. 106, tradução livre.

do trabalho social libertar o ser humano do jugo da natureza. (Ou em formulação negativa, indivíduos isolados não são livres.)

4 – Teoria do contrato social, ou contratualismo, afirma que indivíduos livres e isolados abdicam da liberdade natural em troca da liberdade política.

5 – O conceito político e jurídico [justificado pelo contratualismo] equaliza sociedade e estado, porém a sociedade produz liberdade (ou 3), enquanto o estado a limita.

6 – Por meio de 5, o indivíduo é colocado contra a sociedade.

7 – Como minha liberdade é potencializada através da liberdade dos outros e o trabalho de todos potencializa a liberdade de todos, enquanto houver um ser humano sem dignidade e direitos, eu não serei livre.

8 – Liberdade não é uma condição física e social, mas mental.

9 – Portanto “o senhor de escravos é tanto um escravo quanto seus escravos”.³⁴

Antes de continuarmos, é necessário comentar duas coisas. O item 8 não é dito por Bakunin. Pode ser defendido que essa seria uma implicação do argumento de Bakunin, porém em nenhum momento Bakunin afirma que liberdade se limita a um estado ou condição mental. Pelo contrário, há várias passagens onde Bakunin demonstra que a falta de liberdade se daria por condições materiais e relações sociais de opressão. E o item 9 é uma paráfrase falsificada. O trecho correto diz “*Un maître d’esclaves n’est pas un homme, mais un maître* [Um mestre de escravos não é um homem, mas um mestre]”³⁵. O que isso significa? Significa que um indivíduo que não se enxerga em condição de igualdade com o outro não é capaz de realizar a dialética da alteridade e, conseqüentemente, não é capaz de realizar a si mesmo como um ser humano. (Tenhamos em mente que, para Bakunin, plena realização humana é a consequência necessária da plena liberdade humana.) E que, além disso, por não ser capaz de enxergar no outro um indivíduo igual, o que ele faz não é realizar sua humanidade, mas perpetuar a relação social de poder que caracteriza essa diferença entre ele e seu escravo.

Embora tal explicação seja articulada por meio de um estado mental – a percepção do diferente como um igual ou não – ela também se relaciona com uma série de condições materiais. Mesmo se Bakunin nunca houvesse citado uma condição material envolvida na desigualdade social, política e econômica, ela já seria inerente à filosofia de Hegel aqui citada. Quando Bakunin faz referência à dialética do escravo e do senhor, ele, na verdade, não está adicionando nada de novo nela. Já fazia parte de Hegel a relação que o senhor de escravos tem com os frutos do trabalho do escravo, o ócio que isso lhe proporciona e o terror da punição

³⁴ BERLIN, 1978, p. 107, tradução livre.

³⁵ BAKUNIN, 1907, p. 279.

sentido pelo escravo caso ele não satisfizesse os desejos do senhor. O que Bakunin traz de novo é afirmar que o estado não traz o fim da relação entre o escravo e o senhor, mas a perpetua. O estado seria a ferramenta pela qual a classe burguesa legitimaria e preservaria, por meio da autoridade e da força, sua dominação sobre as classes trabalhadoras. O estágio social que traria a plena realização do ser humano seria posterior ao estado moderno.

Quando Berlin falsifica, intencionalmente ou por desleixo, o trecho citado, tudo isso se esvai. Penso que um filósofo, ao comentar outro pensador, deve abordar suas ideias de forma plena, em vez de ignorar sua extensão, como se determinados aspectos simplesmente não estivessem presentes. Mesmo que o artigo de Berlin não seja um exame filosófico aprofundado, tal falta de rigor deveria ser considerada inaceitável, vinda de um acadêmico. Não é meramente um desleixo, mas também indução ao erro. O fato de Berlin caracterizar o argumento de Bakunin como uma “glib Hegelian claptrap [baboseira hegeliana persuasiva]” que “nem mesmo possuiria alegados méritos de hegelianismo”³⁶ não é desculpa.

Continuando a lista de proposições que Berlin aponta nos escritos de Bakunin:

10 – Se liberdade é não ser coagido por outrem, então liberdade é ser livre de leis [leis inventadas, leis políticas];

11 – Não é possível ser livre de leis naturais;

12 – Como o ser humano é parte da sociedade e a sociedade é parte da natureza, não faz sentido reivindicar ser livre da coexistência social, pois 11.

13 – Portanto liberdade “consistem em ‘solidariedade harmoniosa’ com eles [os outros membros da sociedade]”.³⁷

Berlin afirma que a noção expressada nos itens 10 e 11, que tem como conclusão os itens 12 e 13, é “talvez ininteligível”³⁸, a despeito da demonstração que ele mesmo provê nesse trecho do artigo ser uma argumentação rigorosamente válida. Sua estupefação parece ser por alguém chegar a tal conclusão via um argumento válido e defendê-la. “Ininteligível”, portanto, seria simplesmente Bakunin não concordar que um indivíduo é o maior obstáculo para a liberdade de outro indivíduo. Se outro pensador oferece uma argumentação válida para se opor a um posicionamento defendido, a seriedade de um filósofo demandaria o exame de tal posicionamento estupefacente, não desdenhar dele.

³⁶ BERLIN, 1978, p. 107, tradução livre.

³⁷ BERLIN, 1978, pp. 107-108, tradução livre.

³⁸ Idem.

Curiosamente, Berlin acusa Bakunin de relutar em analisar seriamente noções de liberdade ou igualdade, pois Bakunin sofreria da influência do linguajar cristão ao assumir que virtudes (aqui relevantes como valores políticos) não só são compatíveis, como são mutuamente implicantes³⁹. Isso revela o erro de Berlin: julgar que Bakunin não considerou determinados objetos do conhecimento porque sua consideração o levou a conclusões opostas às de Berlin. Mais curioso ainda é que essa postura de Berlin, essa, sim, é uma postura teológica, pois ao ser confrontado com uma conclusão diferente do discurso revelado, o teólogo descarta todo raciocínio e volta para o ponto de partida. O próprio Berlin nos forneceu uma inferência logicamente válida extraída de Bakunin, porém sua reação a essa mesma inferência é predicá-la como absurda e ininteligível.

Há referência no artigo de Berlin aos três momentos do desenvolvimento da humanidade de Bakunin⁴⁰, mas só para mostrar como o terceiro momento, o da rebelião, ou “*mutiny-defiance*”, como Berlin traduz, é um exemplo do talento que Bakunin possuía para o estilo, para a retórica. A literatura de Bakunin é explosiva e empolgante e essa seria sua qualidade. Não a filosofia, por maior que fosse seu domínio no assunto, em especial a filosofia de Hegel – “*never original, serious or specific*”⁴¹.

Um aspecto da liberdade abordado por Bakunin é a divisão dela em duas concepções distintas: a negativa e a positiva. É verdade que Bakunin não foi o primeiro a tratar da liberdade dessa forma – Benjamin Constant o fizera antes, mas chamando o aspecto negativo de “liberdade dos modernos” e o positivo de “liberdade dos antigos” – e que sua abordagem é bastante breve. Porém ele fornece definições para os dois aspectos e esses aspectos são

³⁹ Idem.

⁴⁰ Três princípios seriam as condições necessárias para o desenvolvimento humano, de acordo com Bakunin: animalidade, correspondente à economia social e privada (necessidades básicas); pensamento, correspondendo à ciência; rebelião, correspondendo a liberdade. (BAKUNIN, 1970, 12) O princípio do pensamento estaria ligado ao aspecto positivo da liberdade, ou seja, no pleno gozo e realização das capacidades humanas através dos meios produzidos pela sociedade, enquanto o princípio da rebelião ou revolta, ao aspecto negativo da liberdade, quando o indivíduo se coloca contrário à autoridade para realizar aquilo que ele deseja. (BAKUNIN, 1907, vol I, 281-2) Enquanto o aspecto negativo é individual, o positivo é marcadamente social, já que é promovido pela soma dos esforços de toda humanidade, através do conhecimento e produção técnica, científica e cultural. Deve-se notar que tais concepções de liberdade em Bakunin diferem das definições feitas por Berlin.

Esse sistema de princípios antropológicos é influenciado por Auguste Comte, que teria dito, conforme Bakunin cita, que a vida evolui de vegetativa para animal, mas que o princípio vegetativo permanece no animal, na forma das funções orgânicas. O princípio animal seria as funções sensíveis e desiderativas necessárias para melhor suprir as funções orgânicas. O princípio animal estaria subordinado ao vegetal. Porém o ser humano faria uma inversão, subordinando suas funções orgânicas a seus desejos. Embora Comte afirme que essa inversão só surja no mais alto grau de civilização, Bakunin discorda e demonstra como isso também acontece na população mais precarizada. (BAKUNIN, 1907, vol. III, 266-9)

⁴¹ Idem.

repetidos em outros trechos de seus escritos, fazendo parte de outros aspectos importantes. Por exemplo, sua definição para o aspecto negativo da liberdade – revolta do indivíduo contra toda autoridade, divina e humana, coletiva e individual⁴² – reaparece de maneira bastante expandida como a definição do terceiro princípio do desenvolvimento humano, a rebelião, que Berlin tratou limitadamente como um divertido aspecto da retórica de Bakunin. A definição para o aspecto positivo da liberdade em Bakunin – pleno gozo do resultado de todo trabalho coletivo material, científico e educacional da sociedade⁴³ – retorna toda vez que ele demonstra que toda consciência dos indivíduos é construída por meio da soma dos esforços de toda humanidade através das gerações, ou quando afirma que os meios para nos libertarmos das forças da natureza⁴⁴ ou para imprimirmos nossa vontade no mundo são conquistas da coletividade humana. Em resumo, o aspecto negativo surge quando verificamos que o indivíduo foi capaz de agir a despeito de todas as forças sociais que pretendiam reprimi-lo, enquanto o aspecto positivo é verificado na construção das condições que possibilitam o aspecto anterior. Em Bakunin, é impossível ter a liberdade por completo negligenciando qualquer um dos dois aspectos.

É possível apresentar críticas a tal noção e Berlin apresenta, porém de forma muito superficial, de modo a ofuscá-las com sua expressão de estupefação diante daquilo que ele acredita ser absurdo em Bakunin. Em Bakunin, o poder que a sociedade exerce sobre os indivíduos é benéfico quando contribui para o desenvolvimento do conhecimento, prosperidade material, liberdade, igualdade e solidariedade fraternal e negativo quando causa o oposto⁴⁵. Os aspectos benéficos desse poder seriam, em outras palavras, a promoção da liberdade positiva (e os maléficos, sua redução). Podemos questionar como Bakunin poderia determinar quais formas de ação humana constituiriam uma contribuição para a realização humana e quais lhe seriam danosas – uma vez que Bakunin condiciona a liberdade à realização do ser humano. Mas tal questionamento surge no artigo de Berlin na forma de deboche, afirmando que, em Bakunin, tudo se resolveria se os homens fossem bons o suficiente ou se o estado fosse abolido. Tal deboche ignora que Bakunin nos aponta que formar um governo estatal é dar autoridade a

⁴² BAKUNIN, 1907, vol. 1 p. 282.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Bakunin deixa claro que, em sentido estrito, é impossível se ver livre da natureza, pois ser (existir) implica fazer parte da natureza. Porém é possível usar o conhecimento das leis da natureza para evitar ou amenizar os impactos dos fenômenos naturais sobre nós. Por exemplo, seria impossível que nós viéssemos a anular a lei da impenetrabilidade ou a força da gravidade, mas graças a nossos conhecimentos e invenções, somos capazes de escoar a água das chuvas e evitar as inundações.

⁴⁵ BAKUNIN, 1973, p. 150.

uns homens sobre outros, ao mesmo tempo que se admite que homens são seres falhos, soberbos e de visão limitada e que, por isso mesmo, precisariam ser governados... por outros homens falhos, soberbos e de visão limitada. De todo modo, Berlin é crítico à maioria dos socialistas revolucionários porque quando o aspecto positivo da liberdade é elevado à prioridade de uma sociedade, os líderes se colocariam na posição de determinar quais são os valores que devem ser cultivados por todos os indivíduos o tempo todo, de modo que o aspecto negativo da liberdade – o exercício das liberdades individuais – seja não só tolhido, mas largamente impossibilitado (na visão liberal, tolher o exercício da liberdade negativa é uma necessidade, pois se diferentes indivíduos entram em conflito, é preciso tolher ao menos um dos indivíduos para que algum deles seja capaz de exercer alguma liberdade; mas quando as autoridades determinam quais cursos de ação os indivíduos devem tomar mesmo quando não houver vontades conflitantes entre os indivíduos, todos estarão impedidos de exercer essa ou aquela liberdade individual).

Então vemos que uma das preocupações centrais no pensamento de Berlin – a análise da liberdade em aspectos negativo e positivo – é um assunto que já fora abordado por Bakunin. Berlin foi responsável por pautar esse tema na contemporaneidade, de modo que seria possível alegar que seu próprio nome tornou-se sinônimo do assunto. Porém Berlin nos afirma que Bakunin não possui contribuição filosófica original ou aproveitável. De fato, liberdades negativa e positiva não é um assunto original de Bakunin, mas tampouco é em Berlin. A Berlin, acredita-se ter articulado tal análise da liberdade com a noção de pluralismo de valores, ou seja, a ideia de que diferentes valores poderiam igualmente nortear a política e que não existiriam valores predeterminados a ordenar todos os outros valores. Essa teria sido a contribuição de Berlin à filosofia. Porém, antes de Berlin, Bakunin articulava análise semelhante com a recusa em legitimar toda forma de autoridade, fornecendo arcabouço ideológico para a primeira onda do movimento anarquista. E Berlin nega méritos intelectuais a Bakunin.

Uma objeção legítima de Berlin é direcionada ao determinismo de Bakunin, pois se Bakunin defende a liberdade absoluta, como pode ao mesmo tempo defender que o ser humano é um resultado do meio? Bakunin demonstra mais de uma vez ser culpado de um mal comum do século 19, acreditar que generalizações a partir de poucas proposições, que se crê empiricamente verificadas, passariam por conhecimento científico. Tal expediente é uma base comum para preconceitos e discriminação, o que não foi diferente em Bakunin, com seu notório antissemitismo, que ficou cada vez mais virulento conforme foi envelhecendo e sua rivalidade

com Marx se intensificava. Durante toda sua vida, Bakunin acreditou que “raças” teriam características próprias, embora diferentes épocas em sua vida favorecessem “raças” diferentes. Durante sua juventude na Rússia, por sua predileção pelo romantismo alemão, favoreceu os alemães, enquanto expressava galofobia (francofobia) – vide as traduções providas por Del Giudice⁴⁶. Na maturidade, os alemães se tornaram autoritários. E os judeus seriam burgueses e traiçoeiros por natureza.⁴⁷ Anselmo Lorenzo, membro da primeira Internacional, nos conta que uma carta de Bakunin sobre acusações feitas a ele por Marx lhe causou “*desastroso efecto*”, pois para se defender, Bakunin teria feito acusações em revide, tendo “*como motivo especial de odio la circunstancia de que Marx era judío*” – tal ódio “*contrariaba nuestros principios, que imponen la fraternidad sin distinción de raza ni de creencia*”.⁴⁸

Mas mesmo para além dessa limitação intelectual e falha moral em Bakunin, Berlin é declaradamente contrário à tese compatibilista, que defende a possibilidade de responsabilidade num mundo onde cada evento, incluindo as ações, inclinações e escolhas humanas, é determinado por uma cadeia prévia de eventos.⁴⁹ Pelo que lemos neste artigo sobre Bakunin e Herzen, Berlin não só descarta a possibilidade de responsabilidade, mas toda possibilidade de liberdade caso o determinismo seja um fato verdadeiro. E não houve quem fornecesse formulação de compatibilismo no determinismo que satisfizesse Berlin, de modo que não há exclusividade aqui em Bakunin. No caso específico de Bakunin, ganho de liberdade é equacionado a tudo que aumenta a realização das faculdades humanas e perda de liberdade ao decréscimo de tais faculdades. Não só isso é insuficiente para Berlin, como abre caminho para alguém, ou uma classe de pessoas, se arrogar como detentor da autoridade para determinar o que os outros deveriam fazer com suas vidas. De acordo com seu pluralismo de valores, a indeterminação prévia de princípios universais implicaria que apenas o próprio indivíduo fosse capaz de determinar o que é melhor para si. É por isso que em “Dois conceitos de liberdade”, Berlin afirma que numa sociedade de “*saintly anarchists*”, “*no conflicts about ultimate*

⁴⁶ DEL GIUDICE, M. The Young Bakunin And Left Hegelianism: Origins Of Russian Radicalism and Theory Of Praxis, 1814-1842. 1981.

⁴⁷ BAKUNIN, Aux Compagnons de la Fédération des Sections internationales de Jura, 1872.

⁴⁸ LORENZO, A. El proletariado militante, 2013.

⁴⁹ BERLIN, 2002, p. 5.

purposes can take place [nenhum conflito sobre propósitos finais é possível]”⁵⁰, ou seja, anarquismo só seria possível se houvesse acordo absoluto entre todos.⁵¹

Isso não quer dizer que Bakunin ou outros anarquistas de sua época não tivessem proposto formas de resolução de conflito e tomada de decisões. De acordo com Errico Malatesta⁵², anarquistas favorecem decisões unânimes, pois ter vantagem numérica não significa estar correto e “*uno solo può avere ragione contro cento e contro centomila* [um único pode ter razão contra cem e contra cem mil]”⁵³; mas quando a unanimidade não é possível, recorre-se ao voto majoritário ou à arbitragem de uma terceira parte. Por mais que anarquistas como Malatesta cressem que a imposição da vontade da maioria seria reduzida conforme as pessoas se tornassem livres para pertencerem às comunidades que desejassem – em vez de terem seu traslado e a cidadania impedidos por fronteiras e governos –, o recurso da votação não estava descartado. Porém Malatesta insiste que uma vez que as pessoas comuns tivessem o poder de decidir diretamente, munidas coletiva e igualmente dos saberes necessários para tomar tais decisões, numa organização descentralizada da sociedade, o meio para realizar sua vontade seria a demonstração e a persuasão, em vez de “*schiacciare con una maggioranza numerica* [esmagar com uma maioria numérica]”⁵⁴. Esperava-se, portanto, que conforme as decisões diretas promovessem uma maior proximidade com os assuntos das deliberações, as comunidades contariam com a experiência ganha e tal experiência comum embasaria os argumentos das partes proponentes. Vê-se, assim, que os próprios anarquistas não acreditam que conflitos de interesses desapareceriam numa sociedade anarquista, mas que a sociedade anarquista produziria meios mais adequados para resolver tais conflitos, uma vez que a autoridade estatal, em vez de resolver os conflitos de interesse, simplesmente impõe à força a vontade de uma maioria sobre a minoria (no caso ideal em que ela aja de acordo com seus próprios princípios declarados).

Ainda sobre a rejeição de Berlin ao compatibilismo determinista, em especial nas formulações de Bakunin, o que seu contra-argumento sugere é que se os indivíduos forem inevitavelmente produtos de seu meio, pois não se poderia escapar das leis naturais da

⁵⁰ Ibidem, p. 166.

⁵¹ Como veremos posteriormente, Berlin crê que a liberdade anarquista resultaria numa ditadura semelhante a ditadura do proletariado e acusa Bakunin de cair em contradição a esse respeito, embora ignore que em seu período final e anarquista, não figura nenhum plano de implementar uma ditadura revolucionária ou qualquer que fosse.

⁵² MALATESTA, Fra Contadini, 1898, p. 58

⁵³ Idem.

⁵⁴ Ibidem, p. 59.

sociabilidade, então seria inútil se rebelar contra a autoridade estatal, pois esta é tão determinada como seus cidadãos. Ser governado por um estado seria uma determinação inescapável. De fato, Bakunin afirma que liberdade, no sentido de livre arbítrio como afirmam os individualistas e os teólogos, não existe. E se, por um lado, Bakunin não oferece muito no sentido de uma defesa para o compatibilismo, por outro, sua definição de liberdade, no sentido político, não é essa (livre arbítrio indeterminado). É o indivíduo agir conforme ele mesmo acredita que realizará mais plenamente suas próprias faculdades humanas, levando em consideração as dimensões sociais dessa ação – tanto suas condições necessárias como seus efeitos sobre os demais. Há alguma verdade no que Berlin diz sobre Bakunin não oferecer nenhuma explicação mais satisfatória do que isso por seu intento se limitar a inflamar as pessoas. Para o movimento trabalhista, especialmente ainda no século 19, o que constitui maior realização das faculdades humanas é algo muito fácil de determinar para quem vive na miséria. Antes de tudo, essas pessoas precisavam de comida, um teto, agasalho, educação, saúde e não serem massacradas pela polícia a mando de seus patrões. E até hoje, ainda há muitos sem acesso a tais bens básicos. Quando esses bens básicos faltam, outros bens se tornam interesses secundários. De acordo com Pyotr Kropotkin, o sucesso da revolução dependeria da disponibilidade de pão já no primeiro dia.⁵⁵

Berlin, porém, afirma (na introdução de *Liberty*) não ser contrário à possibilidade do determinismo ser uma verdade, apesar disso lhe ter sido frequentemente atribuído.⁵⁶ O que ele não aceita é a possibilidade de responsabilidade moral e determinismo simultaneamente. E pelo que vimos em seu artigo sobre Herzen e Bakunin, Berlin descarta também toda possibilidade de liberdade e determinismo simultaneamente. De qualquer forma, Berlin não estaria disposto a abandonar o discurso da responsabilização moral em favor do determinismo. Berlin também nega ser culpado de confundir determinismo e fatalismo – a noção de que, enquanto meros epifenômenos, as decisões humanas não teriam poder de alterar eventos externos⁵⁷. Porém, se minha percepção do que as palavras de Berlin sobre Bakunin sugerem estiver correta, Berlin estaria acusando Bakunin de defender tanto a liberdade quanto o fatalismo simultaneamente. Bakunin realmente defende o determinismo e a necessidade de todos os fatos históricos, porém ele não defende que os fatos históricos, por serem necessários, devem ser também inescapáveis. A existência do estado é um fato, mas sua continuidade não é uma necessidade. E embora as

⁵⁵ KROPOTKIN, A Conquista do Pão, 2011, p. 46

⁵⁶ BERLIN, 2002, p. 7.

⁵⁷ Idem.

ações humanas sejam determinadas, elas ainda são elos na grande cadeia causal.⁵⁸ Desistir por crer no fatalismo equivale permitir que outros elos nessa mesma cadeia forcem um vetor oposto. E embora possamos, no paradigma determinista, conceber o *Demônio de Laplace* – uma inteligência capaz de computar todos os eventos até agora para prever todos os eventos futuros⁵⁹ – Bakunin afirma que nenhum ser humano seria capaz de conhecer todas as variáveis do universo e que nossas leis são apenas aproximações. Então, num universo determinista, tentar ainda valeria a pena. É provável que Berlin se defendesse mais uma vez de confundir determinismo e fatalismo, mas para além de suas intenções explícitas, também deveria haver, na medida do possível, mais cuidado da parte do autor em evitar sugerir ao leitor conclusões diferentes daquilo que o próprio autor diz.

Berlin acredita que a mais sincera confissão da falta de qualidades em Bakunin como um pensador sério seria a carta que este escrevera ao czar quando esteve preso numa masmorra, esperando pela execução, que acabou sendo convertida em exílio perpétuo na Sibéria graças à intervenção de sua família. É claro que tal carta tinha como objetivo salvar sua própria vida e tomá-la como outra coisa senão quaisquer palavras que fossem necessárias para convencer o czar nesse sentido é cruel. Berlin afirma que a suposta frivolidade na prosa inflamatória de Bakunin foi culpada por enviar muitos jovens para a execução ou a Sibéria, sem adicionar que, entre esses, esteve o próprio Bakunin. Estar preso por mais de oito anos e exilado por quatro foi suficiente para aplacar a revolta de Bakunin? Não. Bakunin escapou e começou então o período mais significativo de sua militância. Berlin deseja que acreditemos que tamanha

⁵⁸ Um esclarecimento se faz necessário. Há mais de uma definição para determinismo. Na definição mais clássica, todos os eventos teriam um mesmo ponto de partida, que seria Deus, ou o motor primeiro e imóvel. Esse ponto determinante comum seria requisito para o determinismo. Uma outra definição, historicamente mais recente, abandona a necessidade de uma causa comum a todos os eventos ou até mesmo alguma causa inicial. Dessa maneira, um universo eterno nos dois sentidos do eixo tempo ainda poderia ser considerado determinista, mesmo sem um ponto de partida*. É esta segunda definição a que me refiro neste artigo. *Na física atual, os fenômenos na escala maior do que o átomo podem ser tomados por determinísticos mesmo que na escala mais fundamental, a subatômica, os fenômenos sejam apenas probabilísticos e indeterminados até que haja interação com o meio, de modo que o resultado de interação seria aleatório, mesmo que dentro das probabilidades. Em contraste, a verdade de uma “teoria de variáveis ocultas” para a mecânica quântica (onde a aparente probabilidade seria mera manifestação de propriedades bem determinadas às quais não conseguimos até hoje ter acesso, uma hipótese denominada *realismo local*) significaria que a causalidade seria não apenas determinística, mas superdeterminística.

⁵⁹ O Demônio de Laplace é incompatível com um universo que seja determinista, porém não-superdeterminista. Tal entidade só seria possível, de acordo com a física atual, caso o universo fosse tanto determinista quanto superdeterminista. Uma vez que ele não pudesse saber o resultado das interações entre sistemas quânticos em estados inicialmente indeterminados (pois tais resultados são aleatórios), sua capacidade de previsão seria muito limitada.

motivação viesse tão simplesmente de um desequilíbrio emocional. Tal insistência não é surpreendente, porém tratando-se de Berlin, ela contrasta com sua defesa do livre arbítrio.

Regicidas Natos em Permanente Estado de Natureza

Após o assassinato da Imperatriz Elizabeth da Áustria em 1898 pelo anarquista Luigi Lucheni e da descoberta de informações sobre o plano de assassinato do rei da Itália (Umberto I seria assassinado por Gaetano Bresci no ano seguinte), o governo italiano convidou outras nações europeias para a Conferência Internacional em Roma pela Defesa Social Contra os Anarquistas, ocorrida de 24 de novembro até 21 de dezembro daquele ano, com a presença de 54 delegações de 21 países europeus. De acordo com Avelino, 2010, apesar de resultar em significantes inovações na área de segurança, como a adoção do retrato falado (identificação antropométrica) e acordos de extradição e de cooperação que abriram caminho para a criação da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) em 1923, a conferência falhou em produzir um acordo sobre a definição jurídico-legal do ato anarquista. Hector de Rolland, advogado geral da corte de Mônaco, propôs definir *ato anarquista* como “ação que tem por objetivo a destruição, através de meios violentos, de toda organização social”, mas a delegação inglesa se opôs, pois embora os atos violentos que pudessem ser empregados por terroristas anarquistas já fossem contemplados pelo código penal inglês, iria contra o liberalismo inglês atribuir pena especial por conta da opinião do criminoso. Uma definição penal do anarquismo poderia ser estendida às outras sortes de socialistas e a qualquer ato violento de revolução, provocando uma bola de neve. Além disso, a instituição de uma polícia política repugnava a opinião pública inglesa do século 19.⁶⁰

Além disso, Avelino nos conta que, de acordo com Michel Foucault, o atentado anarquista não era compreensível a partir da racionalidade jurídica do século 19, pois os anarquistas, ao contrário de outras correntes políticas, não visam substituir um governo por outro, de modo que tais atentados violentos eram, de certa maneira, “desinteressados”. Ao mesmo tempo, as legislações criminalistas europeias, desde o século 18, passam a enxergar no crime uma natureza própria e o saber naturalista da criminalidade teria sido desempenhado pela psiquiatria. Nesse sentido, a psiquiatria e a antropologia criminal enxergaram no anarquista um

⁶⁰ AVELINO, N. Le criminel fin-de-siècle: psiquiatrização da anarquia no século XIX, 2010, pp.1-6

sujeito com determinação congênita para o ato criminoso.⁶¹ De acordo com citações a Emmanuel Régis, esse sujeito também seria chamado de *regicida nato ou de temperamento* e seria movido por seu estado de espírito particular a destruir um personagem político importante. O regicida nato seria mais perigoso que um louco vulgar, pois seria capaz de navegar razoavelmente na sociedade. Seria um desajustado, desequilibrado ou semi-louco, “inteligente na maior parte, mas de vontade fraca e de uma instabilidade malsã”. Os delírios e obsessões desses semi-loucos violentos seriam coloridos pelo meio, de modo que os regicidas puros do passado seriam os fanáticos religiosos, enquanto os do século 19, os anarquistas.⁶²

Nesse sentido, a equação crime–punição do direito positivo seria inadequada, pois o anarquista seria um doente social. E como doente, ele não poderia ser responsabilizado por seus próprios atos, mas tratado, reeducado e, se possível, curado.⁶³ Ruy Barbosa, após a morte de Umberto I da Itália, dedicou artigos contra o anarquismo, nos quais afirma que “Não são os penalistas clássicos, não é a escola jurídica, na Itália e na França, é a ‘nova escola’, a escola da antropologia criminal, a que se pronuncia pela irresponsabilidade em muitas das façanhas do anarquismo” e cita “Lombroso, Larchi, Ferrero, o Dr. Régis” como estudiosos da “epidemia anarquista”.⁶⁴ Regicídio e anarquismo são explicados por ele como resultados de “lesões anatômicas” e “estigmas psicológicos”, epilepsia, nevrose hereditária, histórico familiar de suicídio, melancolia e alucinação religiosa, com sinais verificáveis de “todas as feições da mais abjeta brutalidade” nas fisionomias de Ravachol e, em Pini, demência e coprofagia. Um escritor de nome Desjardins teria notado que muitos dos crimes dos anarquistas seriam frutos anômalos da bondade e outro, de nome Burdeau, afirmaria que “esses delinquentes pertencem pela maior parte à família dos *assassinios filantropos*”⁶⁵. A difusão do anarquismo seria mais encontrada onde houvesse mau governo, miséria, um histórico de guerras e revoluções cujos benefícios faltassem à maior parte do povo. Os indivíduos mais sensíveis ao quadro de sofrimento generalizado seriam os mais passíveis de se tornarem anarquistas. A resposta das autoridades deveria ser, portanto, “a profilaxia de um régimen ao mesmo tempo humano e severo”⁶⁶. Conforme cita Avelino, Ruy Barbosa aconselhou tratamento hospitalar “em respeito à

⁶¹ Ibidem, p. 7.

⁶² Ibidem, pp. 7-9

⁶³ Idem.

⁶⁴ BARBOSA, Obras Seletas, 1952, vol. 8

⁶⁵ Idem, ênfase no original.

⁶⁶ Idem.

humanidade do enfermo”, o que evitaria “à sociedade o mal irreparável de asselvajá-la, retrocedendo-a à moral da vingança”⁶⁷.

A abordagem de Berlin para com Bakunin não é tão diferente da tendência das autoridades e da psiquiatria do fim do século 19, vindo a influenciar o projeto de Kelly para explicar a revolta de Bakunin por meio de transtornos de personalidade, com delírios religiosos sobre uma missão santa. E do ponto de vista filosófico, isso é lamentável, pois apesar de ser um defensor do livre arbítrio e opositor da objetificação e a instrumentalização dos indivíduos tanto na Política como na História, Berlin atribui à insanidade mental, tanto a militância como os argumentos intelectuais de Bakunin, o que implica negar-lhe agência. Dessa maneira, mesmo que a humanidade seja livre e responsável, Bakunin seria um inimputável produto do meio, membro da exceção à regra humana. O restante do movimento anarquista, que Bakunin ajudou a fundar, também faria parte dessa exceção, pois uma vez que suas palavras teriam sido suficientes para enviar jovens para a Sibéria, podemos concluir que os anarquistas são mais suscetíveis à influência da causalidade do que a maioria dos indivíduos.

Ainda de acordo com Avelino, essa tendência do fim do século 19 e início do 20 de patologizar o criminoso, em especial o criminoso político de adesão anarquista – de modo, acrescento, que qualquer anarquista, criminoso ou não, passa a ser patologizado, uma vez que o que confere ao criminoso anarquista sua especificidade é o anarquismo –, estipula a oposição entre a civilização e o indivíduo de tendências selvagens, tendências essas vestígios de um estágio anterior da humanidade. Aquele que não consegue respeitar as normas de convívio civilizado e atenta contra a liberdade e o bem-estar alheio estaria tão somente reproduzindo o estado de natureza no qual cada um teria direito ao recurso de que bem pudesse fazer uso para aumentar suas próprias chances de sobrevivência e bem-estar e em detrimento alheio.⁶⁸ Assim sendo, os anarquistas e os criminosos seriam incapazes (temporária ou permanentemente) de cumprir com o contrato social por possuírem uma disposição para aquele individualismo supostamente original ao ser humano. Em contraste, Bakunin nega que os seres humanos tenham uma origem no individualismo atomista, pois nós teríamos evoluído de espécies que já apresentam uma natureza social. Para Bakunin, o indivíduo, por força da dialética, seria uma realização da sociedade.

⁶⁷ Apud AVELINO, 2010, p. 11, ênfase no original.

⁶⁸ AVELINO, 2010, pp. 11-12.

Conforme Bakunin explica em *Deus e o Estado*, “todo desenvolvimento necessariamente implica uma negação, a de sua base ou ponto de partida”⁶⁹. Seguindo a forma aplicada por Bakunin do modelo dialético de Hegel, o indivíduo seria a negação da sociedade, no sentido em que a humanidade vem de um ponto de partida social e se transforma até a realização do indivíduo. Porém essa negação ou transformação se revela a plena realização da origem humana. E assim, o indivíduo construído pela sociedade seria a própria sociedade em sua forma mais bem realizada. O oposto disso seria tomar o indivíduo como ponto de partida e esperar que dele surja a sociedade. Porém isso não poderia acontecer, pois todas as formas pelas quais os indivíduos entram em acordo (o mínimo suficiente para que duas pessoas se entendam é uma base cultural compartilhada, como os rudimentos da linguagem) são criadas em sociedade. Para a sociedade ser criada por indivíduos, esses indivíduos já teriam de partir de uma sociedade. Além disso, a doutrina que toma o indivíduo como ponto de partida é denominada por Bakunin uma forma de idealismo, pois nela, a natureza ontológica do mundo seria a ideia, a razão, e a sociedade seria resultado dos atos da razão humana. Bakunin afirma que o desenvolvimento a partir do idealismo seria invariavelmente “o triunfo do mais brutal materialismo”⁷⁰. Nessa realidade, a sociedade seria o indivíduo em sua realização mais plena, o que significaria dizer que a sociedade seria o instrumento do egoísmo generalizado, onde as relações sociais existiriam para que o forte potencializasse sua força sobre o fraco e onde o fraco enxergasse o seu próximo como degrau a ser pisado e escalado. Bakunin, portanto, defende que o ser humano possuiria uma origem material, como um organismo animal e social, e que, em seguida, negaria esse materialismo desenvolvendo o idealismo, ou seja, as obras da razão dos indivíduos, mas que, enfim, tal negação seria, por sua vez, negada, pois a ideia só existiria como manifestação da matéria, assim como a alma individual humana seria o que é graças ao organismo animal e social.

Considerações Finais

No final das contas, Herzen, para Berlin, serve para demonstrar como priorizar as liberdades individuais acima de todos os outros valores seria a forma mais responsável de pensar a política. Que como apenas os indivíduos poderiam saber o que eles mesmos valorizam,

⁶⁹ BAKUNIN, God and the State. With a new introduction and index of persons by Paul Avrich, 1970, p. 9, tradução livre.

⁷⁰ Ibidem, pp. 40-1, tradução livre.

não haveria metafísica alguma capaz de unificar os mais variados fins. E que Herzen, por isso, seria um pensador original, mesmo que isso não fosse devidamente reconhecido por seus maiores admiradores.⁷¹ Em outras palavras, Herzen era um pensador original e relevante porque Berlin era capaz de se projetar nele. Além disso, somos levados a questionar quão plural realmente seria o pluralismo de valores advogado por Berlin, uma vez que todo seu pensamento político parte do princípio basilar de que um cerne de liberdade individual deve ser sempre preservado. Embora Berlin mereça crédito por manter o assunto em pauta na filosofia política, sua abordagem é inconsistente e mesmo sua tentativa de desmentir seus críticos na introdução de sua coletânea *Liberty* soa como as desculpas de um filósofo intencionalmente ambíguo, que deixa em seu trabalho saídas pela tangente para se esquivar de qualquer que seja a crítica feita.

Já Bakunin seria um colosso analítico, dotado de lógica e eloquência, mas incapaz de pensamento original e cujas ideias não valem a pena nem ao menos considerar. Patológico e inumano, Bakunin seria intelectualmente irresponsável, moralmente descuidado e expressaria ideias contraditórias entre si. Seu amor pela humanidade seria apenas abstrato, continuando uma tradição de terrorismo cínico que viria desde Robespierre e prefiguraria até mesmo os fascistas. Como maneira de avalizar suas acusações, Berlin apela à autoridade de Herzen, Vissarion Belinsky e Ivan Turgenev (autor de *Rudin*, cujo protagonista seria uma caricatura de Bakunin), todos amigos de Bakunin em algum momento de suas vidas, mas também de Dostoevsky, que teria se inspirado a escrever *Os Demônios* ao ler a notícia do assassinato de I. I. Ivanov por Sergei Nechayev e seus companheiros⁷².

Sobre usar cartas de terceiros como evidências nas quais embasar análises psicológicas, Cutler adverte, citando um psicólogo de nome Allport, que esse é um método complicado pela necessidade de se levar em conta não só a personalidade do destinatário, mas também a de quem enviou a carta⁷³. E no artigo de Berlin, nada nos é oferecido sobre o quão sinceros são os destinatários ao criticarem Bakunin ou os sentimentos que lhes motivavam, a não ser a supostamente nobre indignação diante da inumanidade de Bakunin.

É difícil entender o que significa dizer que alguém é profusamente dotado de lógica e capacidade analítica, quando também é dito que essa pessoa é incapaz de produzir ideias

⁷¹ BERLIN, 1978, pp. 111-2.

⁷² Ibidem, pp. 112-3; KELLY, Mikhail Bakunin: a study in the psychology and politics of Utopianism, 1982, p. 313, nº 13.

⁷³ Apud CUTLER, 2009, p. 8.

coerentes e de valor. O exemplo que Berlin utiliza para mostrar que Bakunin expressa pensamentos contraditórios é o fato de que, por vezes, Bakunin condenava a tirania, dizendo que ditaduras buscariam se perpetuar, enquanto outras vezes, defendera uma ditadura de ferro durante o período transicional revolucionário. Como se sabe, Bakunin teve períodos diferentes, nos quais esposou ideias diferentes. Seu período anarquista constituiu menos de uma década no fim de sua vida. Na juventude, durante o serviço militar, Bakunin expressou chauvinismo russo. Já na Alemanha, defendera a democracia. Por meio de conversas com Marx e Proudhon, tornar-se-ia um socialista internacionalista (graças a Marx, um materialista). Atuaria pelo panslavismo junto com Nechayev até o dia em que explicitamente repudiou o colega e sua doutrina. O repúdio a ditaduras e a defesa de uma ditadura de ferro não ocorreram no mesmo período. Isso não quer dizer que Bakunin nunca tenha agido de modo a contrariar valores que ele mesmo defendia. Aqui mesmo foi descrita contradição por parte de Bakunin. Porém, para isso, não foi preciso descontextualizar suas ações ou ideias como Berlin fez.

Não deveria ser necessário apontar que o recurso ao apelo a autoridade constitui uma forma de falácia. Quaisquer que sejam as opiniões das autoridades às quais se apela, não sabemos de onde elas partem para expressar tais opiniões. Apenas sabemos que Berlin concorda com elas. Se Berlin estiver com a razão, então todas essas autoridades estarão juntamente com a razão. Mas se Berlin estiver errado, então todas essas autoridades não servirão para nada a não ser demonstrar que Bakunin tem vantagem sobre um bom número de pessoas importantes. Mais do que estarem corretas ou erradas, opiniões de autoridades, quando não são acompanhadas de argumentos, são fatos triviais decorrentes de seus posicionamentos pessoais. Se Dostoevsky, de posicionamento conservador, era crítico a revolucionários e muito se impressionava com os fatos mais lamentáveis da história das revoluções, tal dado não é mais que uma óbvia banalidade, pois não poderia ser diferente. Se Turgenev se inspirou em alguém para escrever seus romances, é porque a arte frequentemente se inspira em fatos do mundo, mas isso não quer dizer necessariamente que o discurso artístico seja um espelho fiel do mundo, possuindo muitas vezes mais uma coerência interna à obra do que com os fatos externos. Interessantemente, mesmo Kelly admite que Herzen afirmou que o Rudin de Turgenev teria mais em comum com o autor, liberal, do que com Bakunin.⁷⁴ Cutler novamente chama atenção para a fraqueza de tais métodos, por buscarem conformar um personagem histórico com um

⁷⁴ KELLY, 1982, p. 74.

personagem fictício, com o intuito de encaixá-lo num arquétipo, o *homem supérfluo* da Rússia do século 19, no caso de *Rudin*.⁷⁵

Se Bakunin, para Berlin, é nada além de um rebatedor de luz para melhor iluminar Herzen, seria o Herzen de Berlin fidedigno ao Herzen real? De acordo com pesquisa de Martine Del Giudice, as memórias de Herzen, escritas quando tinha quarenta anos de idade, ao narrarem fatos sobre o início da sua adolescência (ele teria despertado para política pela repulsa à execução dos Dezembristas, embora só tivesse treze ou quatorze anos), não seriam confiáveis, partindo mais de uma inclinação sua para “drama e efeito assim como sua irresistível tendência para romantizar relatos de sua vida e lutas”⁷⁶. Se Bakunin, em sua juventude, “passou por uma transformação romântica sob a influência de Schiller”, Del Giudice afirma que tal transformação foi “similar às experiências pelas quais Herzen e Ogarev estavam passando”⁷⁷. O senso de missão e papel histórico que Bakunin desenvolveu na juventude ao ler idealismo alemão não teria sido diferente do “Juramento de Aníbal” feito anos antes por Herzen e Ogarev⁷⁸. E se Bakunin teve consideráveis mudanças de posicionamento, como quando em resultado de sua educação militar, para a qual seu pai o enviara na esperança de que Bakunin não tivesse o mesmo destino de seus primos e tios, rebeldes Dezembristas executados, Herzen também teria “exaltado feitos progressistas da autocracia [russa]” durante seu exílio, como consequência de seu estado de desmoralização⁷⁹.

Sobre a suposta falta de originalidade em Bakunin, McLaughlin nota quão inadequada é tal acusação feita por Berlin, primeiramente por julgar que originalidade não deveria embasar juízo de mérito intelectual; segundo, porque é visível que o juízo de Berlin sobre Bakunin é ideologicamente carregado, ao ponto de servir apenas como contraste para uma representação infiel de Herzen; e, terceiro, porque a contribuição filosófica pela qual Berlin é mais reconhecido, os aspectos negativo e positivo da liberdade, é assunto do qual Bakunin tratara antes⁸⁰. Mais do que isso, em “Dois Conceitos de Liberdade”, Berlin demonstra nominalmente, mais de uma vez, estar dialogando, mesmo que antagonicamente, com a corrente de pensamento anarquista⁸¹. E há também outros trechos nos quais ele parece estar se referindo

⁷⁵ CUTLER, 2009, p. 12.

⁷⁶ DEL GIUDICE, 1981, pp. 18-9, tradução livre.

⁷⁷ Ibidem, p. 22, tradução livre.

⁷⁸ Ibidem, p. 27, tradução livre.

⁷⁹ Ibidem, p. 39, tradução livre.

⁸⁰ MCLAUGHLIN, P.; EBRARY, I. Mikhail Bakunin: the philosophical basis of his anarchism, 2002, p. 10

⁸¹ BERLIN, 2002, p. 166, p. 195.

diretamente ao pensamento de Bakunin sem lhe dar crédito, como quando afirma que os defensores da liberdade positiva costumam afirmar que os homens, em algum momento anterior à autonomia pessoal, se libertam da “escravidão espiritual, ou escravidão da natureza”⁸², que é basicamente uma paráfrase de “Ele [homem] foi desde escravidão animal, e passando pela escravidão divina, uma condição temporária entre sua animalidade e sua humanidade, agora marcha para a conquista e realização de liberdade humana”⁸³. Quando Berlin questiona e condena a atitude exemplificada por Comte de não admitir deliberação política e moral onde o método científico deveria ditar a verdade⁸⁴, essa é justamente uma das objeções da Bakunin ao governo dos sábios. Como pode, então, Berlin acusar Bakunin de não ser original e não ter produzido pensamento que prestasse, se podemos encontrar sinais de que possivelmente Bakunin o teria, negativa ou positivamente, influenciado filosoficamente?

Quando Bakunin rejeita a noção de contrato social como o momento (factual ou hipotético) em que os diferentes indivíduos passam a cooperar entre si para criar uma sociedade, uma vez que um contrato pressupõe uma fundamentação comum prévia – tal fundamentação sendo a linguagem e a cultura, que, por sua vez, pressupõem a existência prévia da sociedade – ele antecipa o que Wittgenstein viria a dizer sobre a linguagem ser um contínuo acordo entre interlocutores realizado por meio de *modos de vida* compartilhados⁸⁵ – em outras palavras, linguagem como criação social. Quando Bakunin afirma que o estado existe e se perpetua decidindo quem deve morrer e quem deve viver, ele antecipa o conceito de *necropolítica* de Achille Mbembe⁸⁶. Além disso, em suas críticas a Marx, Bakunin fez previsões sobre como seria um futuro regime comunista, sua burocracia, seu totalitarismo e a opressão sobre a classe camponesa, preterida numa ditadura do proletariado. Tais previsões corresponderiam assustadoramente ao que viria ser o regime da União Soviética⁸⁷. Isso tudo estabelecido, afirmar que Bakunin carece de originalidade constitui uma injustiça.

⁸² Ibidem, p. 179.

⁸³ BAKUNIN, 1970, p. 21, tradução livre.

⁸⁴ BERLIN, 2002, p. 197.

⁸⁵ WITTGENSTEIN, Investigações Filosóficas, 1999, p. 98.

⁸⁶ MBEMBE, A. Necropolítica, 2018.

⁸⁷ Para os trechos onde Bakunin prevê as características da ditadura do proletariado, ver Bakunin, 1990, pp. 536-7, e citações em BERTHIER; VILAIN, 2016, pp. 134-6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELINO, N. **Le criminel fin-de-siècle: psiquiatrização da anarquia no século XIX.** Revista Aurora: NEAMP – Núcleo de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. 7 2010

AVRICH, P. **Anarchist portraits.** 1988. xiii,316p. : ill.,ports. p.

BAKUNIN, M. A. **Oeuvres.** 5th ed. Paris: P. V. Stock Editeur, 1907. (Bibliothèque sociologique no 4.

_____, **Aux Compagnons de la Fédération des Sections internationales de Jura.:** Fondation Pierre Besnard 1872. Disponível em <http://www.fondation-besnard.org/spip.php?article2065>. Acesso em 17 de abril de 2023.

BAKUNIN, M. **La réaction en Allemagne:** Fragment par un Français (42001_ET), in Bakounine: Ouvres Completes (CD-ROM). Amsterdã: Instituto Internacional de História Social, 2000.

BAKUNIN, M. A.; AVRICH, P. **God and the State. With a new introduction and index of persons by Paul Avrich.** New York: Dover Publications, 1970. xii, 89 p. : port. p. 048622483X.

BAKUNIN, M. A.; DOLGOFF, S. **Bakunin on anarchy. Selected works by the activist founder of world anarchism. Edited, translated and with an introduction by Sam Dolgoff.** London: Allen and Unwin, 1972. xxvii, 405, vii p. : plate, port. p. 0043210120.

BAKUNIN, M. A.; LEHNING, A.; COX, S. **Michael Bakunin: selected writings.** Lond: 1973.

BAKUNIN, M. A.; SHATZ, M.; PAUL AVRICH, C. **Statism and anarchy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (Cambridge texts in the history of political thought.

BARBOSA, R. **Obras seletas.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1952.

BERLIN, I.; HARDY, H.; HARRIS, I. **Liberty.** Repr. with corrections. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002. xxxiv, 382 p. : ill., facsimis., ports. p. 019924989X.

BERLIN, I.; HARDY, H.; KELLY, A. **Russian thinkers.** London: Hogarth Press, 1978. xxiv, 312 p.

BERLIN, I. **The Crooked Timber of Humanity**. USA, New Jersey: Princeton University Press 2013.

BERTHIER, René; VILAIN, Éric – **Marxismo e Anarquismo**, Trad. Plínio Augusto Coelho, São Paulo, Intermezzo, 2016.

CAHM, C. **Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism, 1872-1886**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CUTLER, R. M. M. **Bakunin and the Psychobiographers: The Anarchist as Mythical and Historical Object**. <http://www.robertcutler.org/bakunin/ar09klio.htm>: 18 p. 2009.

DEL GIUDICE, M. **The Young Bakunin And Left Hegelianism: Origins Of Russian Radicalism and Theory Of Praxis, 1814-1842**. Montréal, Canada: Mc Gill University, Department of Hystory 1981.

KELLY, A.; PAUL AVRICH COLLECTION LIBRARY OF, C. **Mikhail Bakunin: a study in the psychology and politics of Utopianism**. Oxford Oxfordshire New York: Clarendon Press Oxford University Press, 1982. 320 pages.

LORENZO, A. **El proletariado militante**. Confederación Sindical Solidaridad Obrera 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 2018.

MCLAUGHLIN, P.; EBRARY, I. **Mikhail Bakunin: the philosophical basis of his anarchism**. New York: Algora Pub, 2002.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural 1999.